

ISSN

**working papers/textos para discussão**  
número 9 ▪ março 2014

**O contorno sociopolítico dos parlamentares originários  
do funcionalismo público no Brasil (1982-2010)**

Ana Paula Lopes Ferreira (ufpr)  
Adriano Codato (ufpr, nusp)



**Ana Paula Lopes Ferreira** é mestranda em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná.

**Adriano Codato** é Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Professor de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná (UFPR), coordena o Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (<http://observatory-elites.org/>).

## **Resumo**

O estudo mostra a variação do perfil político e social dos deputados federais com origem no funcionalismo público que foram eleitos para a Câmara Federal brasileira entre 1982 e 2010. Para classificar esses parlamentares como “funcionários públicos” nós tomamos por base a última atividade profissional ou ocupação que eles exerciam antes do primeiro mandato eletivo. Testamos uma primeira hipótese segundo a qual esses parlamentares seriam políticos inexperientes que entraram na carreira parlamentar mais tarde que a média de idade dos demais deputados e diretamente para a Câmara dos Deputados, graças ao capital político acumulado na função que desempenharam no Estado. Testamos uma segunda hipótese associada a essa primeira: quanto mais alto o cargo ocupado no setor público (“alto escalão”), menor seria a extensão da carreira cumprida até a Câmara dos Deputados já que o capital de função exerceria um efeito ainda maior. Foram levantados os perfis de 213 parlamentares, separados em seis legislaturas, destacando dados como sexo, formação acadêmica, partido político, ideologia, associativismo, posição na carreira estatal, cargos eletivos na carreira política, idade e região de origem. A análise mostrou que os dados confirmam parcialmente as duas hipóteses. Até 1994 a primeira posição para a maioria desses indivíduos era sim a Câmara dos Deputados. Porém, a partir de 1998 houve uma inversão e o cargo de estreia na vida política passou a ser o de vereador. Até 1994 a maioria desses deputados-funcionários provinha do médio e do alto funcionalismo. A partir de 1998 esse perfil se modifica e em 2010 temos que mais da metade vinha do baixo funcionalismo público, sendo principalmente professores de ensino fundamental e médio e bancários do setor público.

O trabalho faz um retrato longitudinal do perfil de carreira e das credenciais sociais dos deputados federais com origem profissional no funcionalismo público eleitos para a Câmara dos Deputados brasileira entre 1982 e 2010. Esse intervalo de tempo compreende as primeiras eleições gerais desde o fim do bipartidarismo imposto pela ditadura militar (em 1980), o longo processo de transição política (encerrado em 1989) e a consolidação da democracia eleitoral no Brasil.

Ainda que não haja uma relação causal direta, sabe-se que posição na hierarquia social, ocupação profissional e funções exercidas na esfera privada ou pública estão vinculadas com o sucesso ou o fracasso nas carreiras políticas. Logo, conhecer as atividades com as quais os legisladores se ocuparam antes de entrar para a vida política deve, em princípio, ajudar a entender as variações nas condições de êxito na carreira parlamentar. Da mesma maneira, mapear os atributos políticos e os *inputs* do *background* social dos políticos eleitos permite olhar na direção inversa para compreender que transformações na estrutura de oportunidades estão em curso numa dada sociedade. Norris vai mais longe e sustenta que “somente através da interação da estrutural social com as demandas institucionais é possível conhecer o resultado final da representatividade e os filtros do recrutamento político” (Norris, 2013). Todavia, é preciso lembrar que a sociografia das características dos políticos eleitos não é igual ao estudo do *processo de recrutamento* (Czudnowski, 1975). Nesse último caso estudam-se os mecanismos e filtros que operam no sistema político para selecionar candidatos viáveis. No primeiro caso partimos daqueles que já chegaram às posições políticas em disputa.

O estudo sistemático das fontes de recrutamento das elites políticas considera variáveis que podem revelar prestígio e conexões políticas decorrentes do cargo ou da posição social, além de habilidades profissionais importantes adquiridas na função para o exercício do mandato parlamentar (Norris & Lovenduski, 1997). Ao lado disso, é sempre preciso considerar as vinculações que se formam entre os interesses de determinados grupos e categorias sociais e a sua representação na arena política quando um representante é promovido a parlamentar (Marengo dos Santos & Serna, 2007).

Na literatura internacional sobre a origem profissional de elites políticas, funcionários públicos são vistos como aqueles com maiores chances de entrada na carreira política em decorrência do seu *status* profissional privilegiado e da sua proximidade “natural” com o meio público (Braendle & Stutzer, 2010, 2011).

Para detectar o tipo de servidor público que se tornou deputado federal no Brasil consideramos as variações dos atributos sociais e políticos de 213 indivíduos durante oito legislaturas consecutivas no período entre 1982 e 2010. Esse intervalo abarca a fase mais aguda de transição política da ditadura para a democracia e a fase subsequente de consolidação da moderna democracia liberal brasileira (A. N. Codato, 2005). Analisamos 467 mandatos, já que o mesmo indivíduo (desses 213) pode aparecer em mais de uma legislatura durante o período considerado. Assim, todos os cálculos são em função do total de mandatos. Os percentuais dos deputados-funcionários na Câmara Federal ao longo do tempo podem ser lidos na Tabela 1<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> O material utilizado como fonte para o levantamento de dados de perfil e trajetória e para a classificação profissional desse grupo são os verbetes do *Dicionário histórico-biográfico brasileiro* (DHBB) relativos aos deputados eleitos e os perfis disponíveis nos *Repertórios Biográficos dos Deputados Brasileiros*

**Tabela 1:**  
**Total absoluto e relativo dos deputados federais com origem profissional no funcionalismo público eleitos entre 1982 e 2010**

	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010
n de cadeiras na CD	479	487	503	513	513	513	513	513
deputados-funcionários	42	33	43	55	80	82	76	56
%	8,76	6,77	8,54	10,72	15,59	15,98	14,81	10,91

Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (NUSP/UFPR).

N = 213; Mandatos = 467

Nota-se o crescimento constante da participação dos funcionários públicos na Câmara Federal no período de 1982 a 2002, depois uma leve queda em 2006 até chegarmos em 2010 aos mesmos patamares de 1994.

Quando comparados com dados internacionais, esses números não são altos, visto que os deputados provenientes do funcionalismo público nunca ocuparam mais de 17% do total de cadeiras da Câmara. A média nesse período é de 13%. Na França, quando se toma o ano de 1993 para comparação, a participação de ex-funcionários públicos na Assembleia Nacional era de 38% (contra 9,2% no Brasil em 1990, ou seja, quase quatro vezes maior). Para termos uma ideia do contraste com o Brasil, a Alemanha registrou 40% de “deputados-funcionários” em 1995 no Bundestag (Braendle & Stutzer, 2011; Dogan, 1999).

No Brasil a Tabela 1 mostra que os números são bem menos expressivos que esses, mas não desimportantes. Nas eleições brasileiras de 2008 (municipais) e 2010 (gerais), os candidatos eleitos com as taxas mais altas de votação encontravam-se no setor público, com curso superior completo e eram os detentores de mais alto patrimônio (Coradini, 2012). Comparando os aspirantes do setor público e privado, Coradini demonstra que os candidatos vindos do setor público tiveram quase o dobro de votos nas eleições (35,65%) que os candidatos que atuavam no mercado (19,88%).

No caso brasileiro, ser um “político-funcionário público” está mais associado às qualidades profissionais exigidas para a função parlamentar?; ou mais associado às prerrogativas sociais decorrentes da função que exercem no Estado e que facilitam uma carreira política bem-sucedida? Como esses atributos têm variado no tempo? Ao longo do processo de transformação radical do cenário político brasileiro nos últimos 30 anos a presença dos políticos oriundos do setor público variou ou não? Em que sentido? O contingente e o perfil desses “políticos-funcionários públicos” são os mesmos para partidos de direita ou de esquerda? Se não, o que mudou e quando mudou?

Na análise desse grupo profissional, destacamos quatro campos temáticos tradicionais em estudos de elite: *perfil social* (sexo, diploma e *status social*), *perfil político* (trajetória parlamentar, região de origem), *posição ideológica* (deduzida da filiação

---

compilados pela Câmara Federal e acessados como forma de complementar às informações do DHBB (Abreu, Beloch, Lattman-Weltman, & Niemeyer, 2001).

partidária) e *conexões com associações* de representação de interesses da sociedade civil. Para classificar esses parlamentares como “funcionários públicos” utilizamos como parâmetro o critério empregado por Rodrigues (2002). Trata-se de identificar a última atividade profissional ou ocupação que eleitos exerciam antes do *début* na carreira política<sup>2</sup>.

O artigo 37 da Constituição Federal de 1988 entende por funcionário público o indivíduo “aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação”. Consideramos “funcionários públicos” um contingente mais amplo que essa definição: aqueles sujeitos cuja última atividade profissional ou ocupação exercida antes do primeiro mandato eletivo provinha de cargos do setor público de alto, médio ou baixo escalão, cargo que pode ter sido obtido tanto através de concurso público quanto por nomeação superior (política ou administrativa).

A divisão e a hierarquia entre escalões do funcionalismo foram feitas também de acordo com a classificação proposta por Rodrigues (2002). Ele discrimina como pertencentes à alta burocracia os indivíduos cuja última função, cargo ou ocupação era a de diretores, superintendentes e chefes de empresas estatais, auditores, juizes, procuradores, promotores, delegados de polícia e outros cargos de nível equivalente. A categoria de médio escalão incorpora oficiais das Forças Armadas, supervisores e professores universitários. O baixo escalão inclui professores de ensino fundamental e médio, inspetores técnicos e bancários do setor público, entre outros. Não consideramos como cargos típicos do funcionalismo público brasileiro aquelas posições no Estado que são especificamente políticas, tais como secretários municipais e estaduais, chefes de gabinetes políticos e chefes da Casa Civil da Presidência da República.

Como o terreno aqui era praticamente desconhecido, trabalhamos com uma hipótese intuitiva: políticos originários do funcionalismo público são, em sua maioria, políticos inexperientes. Essa inexperiência é expressa na forma de ingresso na carreira. Eles entram para a política mais velhos do que a média dos parlamentares e sua estreia se dá na maioria das vezes já no legislativo federal, não seguindo eles uma trajetória gradual e linear, que vai da vereança à Câmara dos Deputados (CD). A ideia de fundo é que a ocupação de cargos no setor público serve como um trampolim importante que permitiria ao candidato queimar etapas na carreira política, dispensando-o da passagem por cargos intermediários de representação (vereador, prefeito, secretário municipal ou estadual, deputado estadual). Além disso, como hipótese subsidiária, imaginamos que quanto mais alto o cargo ocupado no setor público (“alto escalão”), menor seria a extensão da carreira cumprida até a Câmara Federal já que o capital de função exerceria um efeito ainda maior, habilitando o candidato a chegar mais rápido a uma posição política superior.

---

<sup>2</sup> Esse critério não é o mais seguro, mas é o mais objetivo do ponto de vista metodológico para apontar o *status* social do parlamentar antes de sua entrada na vida política – o que não ocorre, por exemplo, quando se distribuem os parlamentares com base em autodefinições, pois geralmente eles declaram a sua profissão com base no diploma universitário que possuem, mesmo nunca tendo exercido o ofício. Classificações que aproveitam o diploma de nível superior para indicar a profissão dos políticos não resolvem a questão da verdadeira ocupação exercida. Embora o uso do indicador “última ocupação” possa não corresponder à ocupação predominante na vida do parlamentar, ou à sua atividade econômica principal, esse critério pode ser um preditor melhor das atitudes dos legisladores do que quando se considera seu currículo acadêmico (Edinger & Searing, 1967).

O paper está dividido em três partes. Na primeira sessão, expomos, de maneira muito resumida, a discussão da literatura sobre o problema da origem profissional das elites políticas e, mais especificamente, sobre a questão dos parlamentares com origem no funcionalismo público. Na segunda parte, apresentamos os dados referentes ao perfil sócio-profissional desse grupo. Discutimos sexo, áreas de formação superior e conexões com a sociedade através da taxa de participação em associações civis. Os dados são apresentados (1) por eleição, para que se tenha uma ideia da transformação da categoria ao longo do tempo, e (2) por bloco ideológico, para marcar as diferenças entre os partidos políticos aos quais esses deputados estiveram filiados. Na terceira parte do trabalho, exibimos os dados sobre as carreiras de modo a determinar certos padrões de trajetória política relacionados a essa categoria profissional na Câmara dos Deputados do Brasil. Destacamos idade de entrada na Câmara, primeiro cargo eletivo e o tempo entre a entrada no serviço público e a estreia na Câmara dos Deputados. Controlamos esses dados em função de três parâmetros: (1) do *status* do funcionalismo (alto, médio e baixo escalões), (2) da ideologia e (3) da região de origem no país.

## **I. A variável “ocupação” no estudo de elites**

O objetivo desta sessão é extrair da literatura sobre origem profissional das elites políticas elementos para avaliar a magnitude e o significado da presença de uma dada categoria ocupacional na política institucional.

### **I.1 Profissões de origem**

Há profissões socialmente mais propícias à entrada na carreira política? Há relação entre as habilidades ensinadas pelas ocupações exercidas antes da carreira política e a atuação do político nos parlamentos? A origem profissional do pessoal político importa para explicar comportamentos e tomadas de posição na arena parlamentar (a defesa de interesses corporativos ou classistas, por exemplo)? Ou os mecanismos de socialização posterior a que estão submetidos os indivíduos, nos partidos e nos parlamentos, uniformizam e atenuam esse fator?

Para Weber (1994) a entrada e o sucesso na vida política estão condicionados não só pela disponibilidade de recursos financeiros e de tempo para se dedicar aos assuntos públicos, mas também pelo nível de afinidade entre as atividades profissionais de origem e os requisitos demandados para a atuação na política parlamentar. O conhecimento especializado e a experiência advinda do exercício regular de determinadas profissões são centrais e economizam um grande tempo de treinamento na função. Na classificação de Dogan (1999), profissões que predisõem a uma carreira pública são aquelas que oferecem oportunidades por proximidade entre a sua formação escolar e a experiência exigida para desempenhar a função de representação. Exemplo disso são os parlamentares recrutados na área jurídica. O autor sublinha que esse meio é um rico “viveiro de políticos” em decorrência da vizinhança entre a formação e a experiência desses profissionais e o mundo político-institucional. Além disso, sabe-se que há uma forte relação entre recrutamento político em poucas ocupações numa dada sociedade e a homogeneidade ideológica e de interesses de uma dada elite.

A identidade dos políticos em termos de suas experiências profissionais prévias pode indicar (e às vezes determinar) as condições sócio-econômicas que influenciam a decisão de concorrer a um cargo eletivo. Quanto mais bem posicionados na sociedade (em termos de renda e reputação), mais chances efetivas de ser bem-sucedido na disputa. Por analogia, isso pode valer para os burocratas: quanto mais alta a função no Estado, mais fácil ou rápida a trajetória e mais longe se pode ir na carreira política.

No Brasil, a presença de funcionários públicos em posições parlamentares indicaria não só a detenção de competências específicas para o exercício da função legislativa, mas a capacidade de converter suas prerrogativas e privilégios como agentes do Estado em ativo político. Como lembrou Marengo dos Santos, “na zona de sombras que se situa entre o Estado e a Sociedade, um indivíduo pode compensar até mesmo uma origem social modesta com a posição privilegiada que ocupa no Estado, convertido em meio para forjar relações pessoais e respeito político” (1997).

## **I.2 Funcionários na política**

A burocracia de Estado é, no Brasil, uma importante fonte para o recrutamento político, sendo a presença de políticos oriundos da administração pública um fenômeno histórico recorrente desde o período imperial (Soares, 2008). Carvalho (1996), ao tratar da homogeneidade social da classe dirigente no II Império, aponta a ocupação/profissão, ao lado da educação, como um elemento capaz de unificar a elite política mediante a transmissão de valores, treinamento e interesses comuns.

Ao longo do século XX a burocracia pública esteve presente de modo importante no Senado brasileiro. Se somarmos várias categorias do Estado – militares, juízes e promotores, empregados do setor público, servidores de alto escalão e professores –, apesar das grandes distâncias sociais entre elas, mas com um elemento de pertença comum, veremos que os senadores-funcionários somavam 38,6% da Casa da década de 1940. O ponto mais baixo da sua participação no Senado foi na conturbada década de 1930, 14,7%, e nos anos 2000 ocuparam nada menos do que 1/3 das cadeiras (A. Codato, Costa, & Massimo, 2014).

Em pesquisas realizadas na Europa, Dogan (1999) observa uma tendência de crescimento na concentração de funcionários públicos no parlamento francês no período de 1871 a 1993. Somente no intervalo 1946-1993, o percentual de funcionários na Assembleia Nacional mais que dobrou, passando de 14% para 38%. Esse caso acompanha a tendência geral dos países da Europa. Houve uma alta no recrutamento de indivíduos originários do funcionalismo público no século XIX, uma queda no período entre as duas Guerras Mundiais, e um aumento desse contingente no pós-Segunda Guerra Mundial (Cotta, Tavares de Almeida, & Roux, 2004). O Estado foi o principal fornecedor de candidatos recrutados pelos partidos políticos na Áustria: no pós-Segunda Guerra mais da metade dos membros do parlamento vieram do funcionalismo público, tendência essa que continuou no decorrer das décadas seguintes, tanto é que na primeira década dos anos 2000 esse grupo profissional representava quase 55% dos parlamentares austríacos. Na mesma temporada, na Alemanha, essa categoria representava 40,2% do Bundestag (Braendle & Stutzer, 2010).



Nos países do Báltico, os ex-funcionários públicos tiveram uma participação crescente na política parlamentar depois da desintegração da União Soviética. No Legislativo da Estônia essa categoria cresceu de 20% em 1990 para 44,6% em 2010. O mesmo ocorreu na Letônia: nesse período o contingente de políticos-funcionários públicos passou de 14,9% para 24%. O parlamento lituano, por sua vez, se aproxima da Câmara dos Deputados brasileira: a categoria foi de 6,8% para 17,3% entre 1990 e 2010. Na Finlândia no intervalo 1987- 1997 os funcionários públicos chegaram a formar nada menos do que 30% do Legislativo (Kuklys, 2013).

Em suma, quando se olha o assunto da perspectiva da Europa ocidental e oriental é forçoso reconhecer que “uma certa forma de serviço de Estado foi, durante longos períodos, uma das experiências mais significativas dos membros do Parlamento” (Cotta et al., 2004, p. 102). Tomando por base 11 países europeus<sup>3</sup> pesquisados no *EurElite Project*, vê-se que nos anos 1980 havia em média nesses Legislativos 35% de representantes oriundos do serviço público. Nos anos 1990 esse número chegou próximo aos 40% (Cotta & Tavares de Almeida, 2007, p. 52).

A elevada presença de servidores públicos na política parlamentar pode estar associada ao fato de usufruírem de licença sem prejuízo dos ordenados enquanto trabalham em suas campanhas eleitorais, um recurso importante que indivíduos provenientes de outras profissões não detêm. No Brasil está prevista aos servidores públicos licença remunerada por um período de três meses antes do pleito até o décimo dia seguinte ao da eleição<sup>4</sup>. A flexibilidade em termos de tempo e a possibilidade de negociar tarefas e funções que essa categoria profissional possui também é fundamental para liberar tempo para atuar nos partidos políticos e, assim, para a construção de candidaturas e ocupação de posições estratégicas na burocracia partidária. Além disso, é sempre possível retornar à antiga ocupação caso se fracasse na política, o que minimiza o risco embutido nessa empreitada.

Todavia, não se pode falar da categoria “funcionário público” e de suas relações com a carreira política em abstrato. Quando se olha esse grupo profissional mais de perto, nota-se que há variações importantes no tipo de diploma, na região de origem, na filiação partidária dominante etc. e que essas características variam significativamente ao longo do tempo. Nas próximas seções faremos uma exposição dos dados descritivos levantados sobre esse grupo profissional na Câmara dos Deputados do Brasil desde 1982. Essa é uma expedição exploratória do campo, visto que o conhecimento da sociografia característica desse grupo na política brasileira é praticamente nulo.

## II. Perfil sócio-profissional dos deputados federais “funcionários”

---

<sup>3</sup> Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Itália, Holanda, Noruega, Portugal, Espanha, Reino Unido e Hungria.

<sup>4</sup> Portal do Servidor. Legislação servidor público.2014. Disponível em: <<http://www.portaldoservidor.ba.gov.br/noticias/orienta%C3%A7%C3%A3o-o-servidor-p%C3%BAblico-e-legisla%C3%A7%C3%A3o-eleitoral>> Acesso em 14 jul. 2014.

Quem são esses políticos? Essa é a pergunta básica que se faz ao pensarmos no grupo de representantes composto por ex-funcionários públicos no Brasil. Nesta seção serão expostos dados referentes ao perfil dessa categoria na Câmara Federal, levando em conta sexo, formação acadêmica e laços associativos. Na seção seguinte trataremos apenas dos atributos políticos.

## II.1 Sexo

A participação feminina na política brasileira em geral é bastante baixa e no legislativo federal não é diferente: 8,6% do total das cadeiras da CD (44 deputadas entre 513 representantes) (Inter-Parliamentary Union, 2014). Ao levantarmos o perfil desses 213 deputados que passaram pela Câmara baixa entre 1982 e 2010, verificamos que o grupo é composto na sua grande maioria por homens, 89,1% do total, enquanto as mulheres representam somente 10,9% do universo estudado. De todas as 311 mulheres eleitas para Câmara Federal no período 1982-2010, apenas 51 (16,4%) delas vieram do funcionalismo público. Há assim nesse contingente um pouco mais de mulheres do que na Câmara em geral.

No quadro a seguir é possível notar a variação da participação de homens e mulheres com origem no Estado ao longo do tempo.

**Tabela 2:**

**Percentual de homens e mulheres com origem profissional no funcionalismo público eleitos para Câmara dos Deputados por legislatura entre 1982 e 2010 (%)**

<b>Sexo</b>	<b>1982</b>	<b>1986</b>	<b>1990</b>	<b>1994</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>
Homens	100	84,8	83,7	89,1	91,2	87,8	88,2	87,5
Mulheres	0	15,2	16,3	10,9	8,8	12,2	11,8	12,5
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (NUSP/UFPR).

N = 213; Mandatos = 467

Comparando a presença de mulheres com origem profissional no funcionalismo público com os homens nota-se a grande discrepância entre os dois sexos. A adoção do regime de quotas nos anos 1990 e depois seu aperfeiçoamento em 2007 paradoxalmente piorou o problema, já que nunca mais se atingiu as taxas das eleições de 1986 (15%) e 1990 (16%). Em 2010 as “deputadas-funcionárias” são apenas 12,5% desse total, número até maior que contingente feminino na Câmara nas eleições do mesmo ano.

## II.2 Formação acadêmica

Para avaliar as áreas de formação acadêmica desses parlamentares, agrupamos os cursos de graduação por afinidade em cinco grupos diferentes: 1) **Ciências Exatas e da Terra** (Engenharias, Agronomia, Física, Matemática, Geologia, Química Industrial, Ciências Naturais, Tecnológico, Geografia e Farmácia); 2) **Ciências Biológicas** (Medicina, Enfermagem, Educação Física, Psicologia e Odontologia); 3) **Ciências Humanas** (Serviço Social, Direito, História, Letras, Pedagogia, Ciências Sociais, Economia, Administração, Contabilidade, Jornalismo, Relações Públicas, Turismo, Arquitetura e Teologia); 4)

**Formação Militar;** e 5) **sem formação acadêmica.** Consideramos sempre a primeira graduação em questão quando há mais de uma.

**Tabela 3:**  
**Áreas de formação superior dos deputados federais originários do funcionalismo público eleitos entre 1982 e 2010 (%)**

<b>Curso</b>	<b>1982</b>	<b>1986</b>	<b>1990</b>	<b>1994</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>
Ciências exatas e da terra	11,9	18,2	20,9	23,6	28,8	31,7	35,5	32,1
Ciências biológicas	0	3,0	4,7	12,7	11,3	17,1	15,8	16,1
Ciências humanas	78,6	63,6	65,1	54,5	50	47,6	44,7	46,4
Formação Militar	7,1	9,1	7,0	3,6	3,8	1,2	0	1,8
Sem formação	2,4	6,1	2,3	5,5	6,3	2,4	3,9	3,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (NUSP/UFPR).

N = 213; Mandatos = 467

Há alguns dados notáveis na Tabela 3. Em primeiro lugar a queda da formação humanística de quase 80% do universo para pouco mais de 45%, ainda assim o maior contingente em 2010. No mesmo sentido, mas com valores contrários, verificamos que o total de deputados-funcionários graduados em “Ciências exatas e da terra” triplicou entre 1982 e 2006 se estabilizando em 1/3 desse pessoal político na atual legislatura. Em terceiro lugar, destaque-se o quase desaparecimento dos militares desse grupo de deputados federais. Eles, que não eram muitos em 1982 (7%) ficaram reduzidos a menos de 2% em 2010, no curso do grande processo de civilização da classe política nacional entre o fim do regime ditatorial-militar e a democracia atual. Por fim, “Ciências biológicas” vêm crescendo constantemente e, apesar de algumas oscilações, foi de 0% no início da série para 16% em 2010.

Quando desagregamos os dados por cursos, temos algumas evidências interessantes. Dentre as especialidades na formação, o Direito é, como se sabe, uma das mais frequentes nos poderes legislativos do mundo (Miller, 1995). O Brasil não foge à regra, mas há mudanças importantes. Neiva & Izumi (2012) associam a redução das formações mais tradicionais ao processo de democratização e de inserção de novas categorias sociais na representação política no País. Mesmo se considerarmos apenas o universo de deputados-funcionários, 40,5% deles possuíam, em 1982, diploma de bacharel em Ciências Jurídicas. Esse percentual oscila ao longo das legislaturas, tendo seu menor valor em 2006 com 22,4%. Ao mesmo tempo, aumentou significativamente a participação de engenheiros no período, de 9,5% em 1982 para 27,6% em 2010.

Quando cruzamos a área de formação universitária com a “posição ideológica” dos funcionários-deputados, estimada conforme a filiação aos partidos políticos<sup>5</sup>, temos o seguinte:

<sup>5</sup> Nesse trabalho os partidos políticos foram agregados por blocos ideológicos com base na tabela comparativa desenvolvida por (Tarouco & Madeira, 2013) e (A. Codato, Costa, & Cervi, 2013). Na Esquerda estão as seguintes agremiações: PDT, PT, PSB, PSOL, PPS, PCdoB; Centro: PMDB, PSDB, PV; Direita: DEM/PFL, PPB, PP, PRB, PDS, PRN, PDC. PL/PR, PTB, PSC, PSP, PRP, PMN, PTdoB, PSD, PPR, PTR.

**Tabela 4:**  
**Formação acadêmica de deputados federais originários do funcionalismo público por bloco ideológico (%)**

Curso	Direita	Centro	Esquerda	Total
Ciências exatas e da terra	36,2	24,6	39,2	100,0
Ciências humanas	31,3	43,8	24,9	100,0
Ciências biológicas	17,7	45,2	37,1	100,0
Formação militar	75,0	25,0	0,0	100,0

Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (NUSP/UFPR).

N = 213; Mandatos = 467

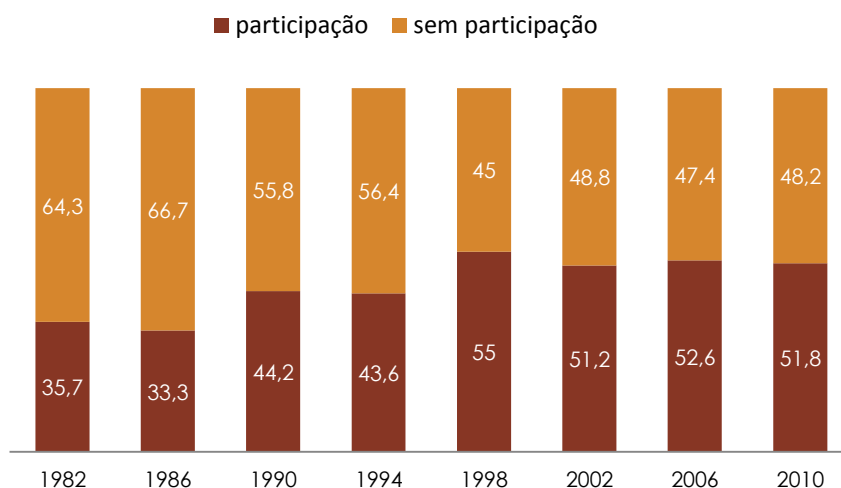
O aumento constante e progressivo de deputados federais provenientes do funcionalismo público eleitos por partidos de esquerda (como se verá adiante) equilibra a distribuição desses dados e o resultado significativo mais esperado é a concentração de formados em academias militares em partidos de direita.

No que diz respeito ao curso de graduação específico em cada bloco ideológico, 55% dos médicos que atuam no setor público estão na esquerda, 42% dos advogados na direita (e somente 16% na esquerda) junto com 46% dos economistas. 53% dos cientistas sociais estão na esquerda, mas há 24% deles na direita.

### II.3 Conexões com a sociedade

Com base em dados levantados dos deputados federais nas oito legislaturas em questão, analisamos o peso da presença em associações da sociedade civil durante a carreira política. Gaxie (1980) assegura que a passagem por sindicatos, além de partidos, funciona como um meio eficaz de se orientar dentro do espaço político.

**Gráfico1:**  
**Percentual da participação dos deputados federais originários do funcionalismo público eleitos entre 1982 e 2010 em associações civis (%)**



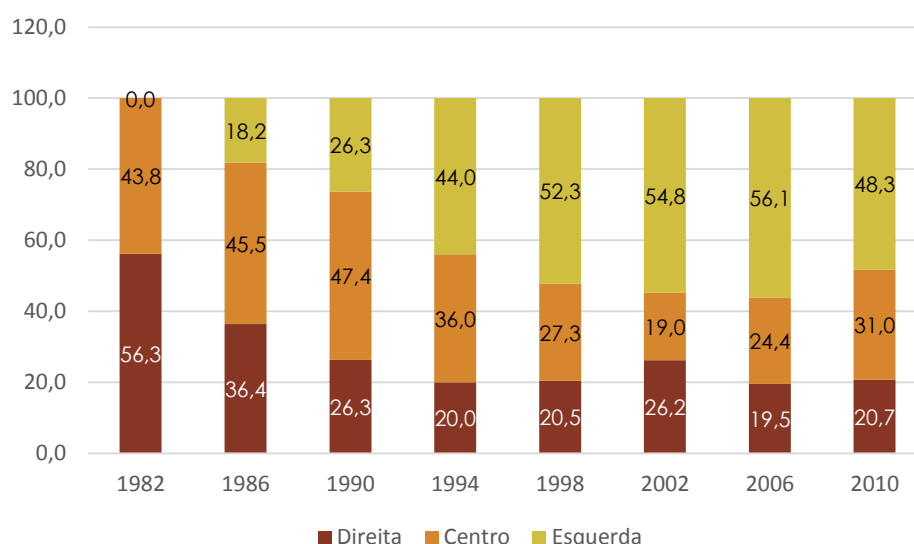
Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (NUSP/UFPR). N = 213; Mandatos = 467

No caso dos ex-funcionários públicos, o grau de vinculação dos políticos dessa categoria com atuação em associações-sindicatos de diferentes tipos cresceu moderadamente no período estudado. Em 1982, 35,7% dos deputados com origem no serviço público tinham ao menos algum vínculo associativo. Em 2010 esse número se eleva para quase 52%. É possível estimar que haja uma relação entre esse fato com os indicadores relativos ao aumento de parlamentares filiados a partidos de esquerda no mesmo período.

De todo modo, a participação em associações não se mostrou decisiva como recurso para a eleição de funcionários públicos para a Câmara Federal.

Separando somente os deputados que possuem algum vínculo associativo por ideologia partidária, há praticamente uma inversão na participação dos representantes originários do funcionalismo público eleitos por partidos de direita e esquerda ao longo das oito legislaturas.

**Gráfico 2:**  
**Percentual de deputados com vínculo associativo por bloco ideológico no período de 1982-2010 (%)**



Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (NUSP/UFPR).  
N = 213; Mandatos = 467

Dos políticos que participaram de centrais sindicais e sindicatos (76 deputados), 55 foram eleitos por partidos de esquerda e 12 deles (15,8%) foram da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Todos concorreram pelo PT.

### III. A carreira política dos servidores públicos

Para estimar a extensão e o perfil da carreira desses deputados eleitos após 1982, levamos em consideração quatro informações: (1) idade de entrada na CD; (2) o tipo e o nível do primeiro cargo eletivo conquistado (*début* na carreira política); (3) a média de anos

de carreira entre a entrada no Estado (exercício do primeiro cargo público) e a primeira eleição para Câmara Federal; e, por fim, (4) o número médio de posições políticas ocupadas pelos deputados federais até a chegada à CD. Controlamos esses dados em função de três variáveis: estrato a que pertenciam originalmente no serviço público, bloco ideológico e região de origem.

### III.1 Escalões da burocracia e degraus da política

Os deputados federais que exerceram cargos públicos no alto escalão do funcionalismo – o que inicialmente foi imaginado por nós como uma porta de entrada mais rápida para a política parlamentar – têm baixa representatividade entre os eleitos, contrariando portanto a nossa hipótese: menos de 1/3 desses deputados federais (29,8%) proveio dos estratos superiores da burocracia. Considerando todo o período 1982-2010 o que se constatou foi que praticamente a metade (40%) dos ex-servidores têm origem no baixo escalão, principalmente professores do ensino básico e médio e funcionários de bancos públicos. Eles representam respectivamente 29,9% e 17,6% dos 187 parlamentares recrutados nesse estrato. O médio funcionalismo integra esses números com 30,2% do total.

A Tabela 5 dá uma ideia mais clara da transformação desse perfil a cada rodada eleitoral e mostra que 1998 foi o ano de mudança desse perfil: a partir daí a maioria dos deputados que chegam à Câmara provém das funções socialmente menos prestigiadas (em termos de salário, *status* e poder) do Estado.

**Tabela 5:**  
**Total absoluto e relativo dos deputados federais com origem profissional no funcionalismo público de alto, médio e baixo escalão por legislatura.**

<b>estrato</b>	<b>1982</b>	<b>1986</b>	<b>1990</b>	<b>1994</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>
Alto	13 31%	15 45,5%	16 37,2%	17 30,9%	21 26,3%	23 28%	21 27,6%	13 23,2%
Médio	16 38,1%	11 33,3%	19 44,2%	20 36,4%	24 30%	24 29,3%	15 19,7%	12 21,4%
Baixo	13 31%	7 21,2%	8 18,6%	18 32,7%	35 43,8%	35 42,7%	40 52,6%	31 55,4%
Total percentual	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	1000

Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (NUSP/UFPR). N = 213; Mandatos = 467

As eleições de 2006 e 2010 consolidaram essa tendência e mais da metade do total dos burocratas vem do baixo funcionalismo.

Quando separamos esses dados por blocos ideológicos em função da identidade partidária dos deputados (Tabela 6), vemos uma afinidade clara entre perfil ideológico e estrato funcional de origem: a direita brasileira recruta minoritariamente seus quadros no baixo funcionalismo (18,3%) e a esquerda recruta minoritariamente seus quadros no alto funcionalismo público (7,1%). Essa constatação reforça os achados de Rodrigues (2002, 2006) sobre a coerência entre partido, ideologia e perfil social dos parlamentares no Brasil.

**Tabela 6:**  
**Percentual de deputados com origem no alto, médio e baixo funcionalismo público eleitos por bloco ideológico**

<b>estrato</b>	<b>Direita</b>	<b>Centro</b>	<b>Esquerda</b>	<b>Total</b>
Alto	42,9	50,0	7,1	100,0
Médio	51,1	24,8	24,1	100,0
Baixo	18,3	24,2	57,5	100,0

Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (NUSP/UFPR).

N = 213; Mandatos = 467

Esse grupo de deputados entra no serviço público com idade média de 22,4 anos e chegam à Câmara Federal em torno dos 44,5 anos, em média. A Tabela 7 mostra que também nesse caso há uma diferença importante entre direita e esquerda: políticos novatos com origem profissional no funcionalismo tendem a chegar à CD pelos partidos de direita. 56,6% dos direitistas estreiam na Casa muito jovens, entre os 18 e os 30 anos de idade. Políticos de esquerda chegam bem mais tarde, a maioria deles depois dos 46 anos de idade.

**Tabela 7:**  
**Percentual de deputados federais com origem no funcionalismo conforme a idade de entrada na Câmara dos Deputados (%)**

<b>Classes de idade</b>	<b>Direita</b>	<b>Centro</b>	<b>Esquerda</b>	<b>Total</b>
18-30	56,6	26,3	17,2	100
31-45	31,9	34,8	33,2	100
46-60	13,3	22,2	64,4	100,0
61 ou mais	41,7	50,0	8,3	100,0

Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (NUSP/UFPR).

N = 213; Mandatos = 467

Os dados referentes ao cargo de estreia na carreira mostram que a principal porta desse grupo para a política é a Câmara dos Deputados. Dos 213 ex-funcionários públicos eleitos no período entre 1982 e 2010, 37% entraram pela Câmara Federal e 24,4% pela Câmara Estadual, 29,1% começaram na política como vereadores, 7,3% como prefeitos ou vice-prefeitos e somente 2,1% como governadores ou vice-governadores.

Verificando esses percentuais por ano de eleição (Tabela 8), notamos que há predominância de estreantes diretamente na Câmara Federal em 1982 (45,2%), em 1986 (48,5%), em 1990 (58,1%) e em 1994 (43,6). A partir de 1998 há uma virada completa e as Câmaras Municipais passam a ser o canal de ingresso para 41,3% dos eleitos, fenômeno que se repete em 2002. Nas eleições de 2006 e de 2010, contudo, a Câmara dos Deputados volta a importar e os valores empatam com os da Câmara de Vereadores. De toda forma o dado que permanece constante é o caráter minoritário de ingresso na política por cargos no Executivo.

**Tabela 8:**  
**Primeiro cargo eletivo dos deputados federais originários do funcionalismo público eleitos entre 1990 e 2010 (%)**

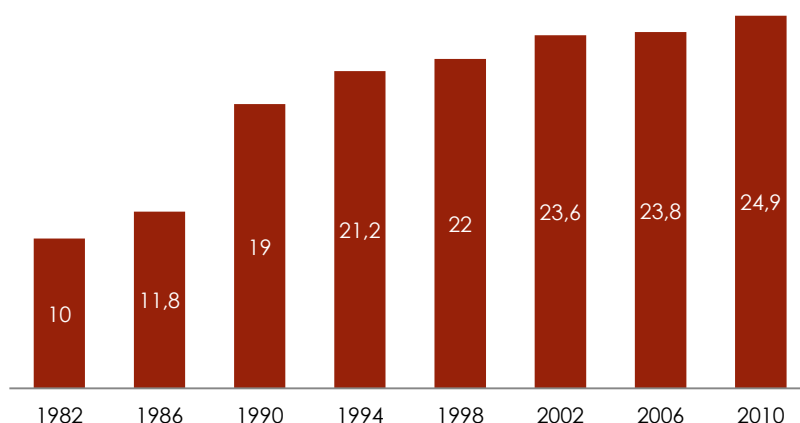
	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010
Vereador	19,0	12,1	20,9	23,6	41,3	36,6	31,6	28,6
Prefeito	14,3	6,1	0,0	7,3	3,8	4,9	10,5	12,5
Deputado Estadual	19,0	24,2	16,3	23,6	23,8	26,8	26,3	28,6
Deputado Federal	45,2	48,5	58,1	43,6	30,0	30,5	31,6	28,6
Governador	2,4	9,1	4,7	1,8	1,3	1,2	0	1,8
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (NUSP/UFPR).

N = 213; Mandatos = 467

Em relação ao tempo médio de carreira entre a entrada no primeiro posto ocupado no funcionalismo do Estado e o último cargo (que pode ser cargo público ou posição eletiva) antes da entrada na Câmara Federal há um crescimento significativo de tempo em anos entre as oito legislaturas, passando de uma média de 10 anos de carreira até a chegada a Câmara Federal em 1982 para praticamente 25 anos em 2010 (Gráfico 3).

**Gráfico 3:**  
**Média de anos de carreira dos deputados federais com origem no funcionalismo público entre a entrada no Estado e a primeira eleição para Câmara Federal, por ano de eleição**



Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (NUSP/UFPR).

N = 213; Mandatos = 467

Uma mudança tão grande no tempo de carreira pode ser um indicador de profissionalização política desse grupo, que tende a ter uma trajetória mais linear e gradual.



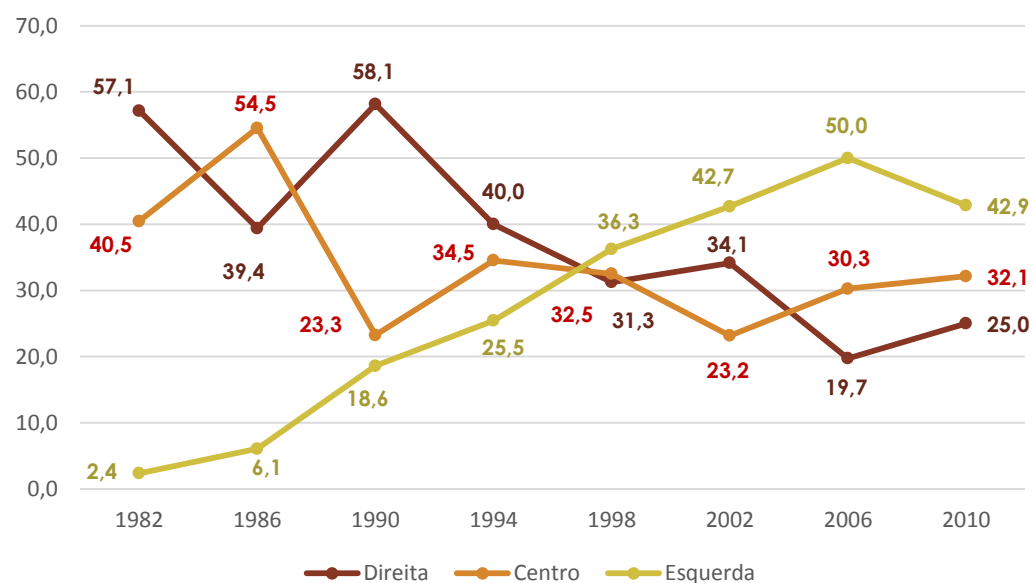
### III.2 Ideologia e origem regional

Tomando esse grupo de políticos como um todo, vê-se que ao longo de todo o intervalo de tempo estudado há uma distribuição relativamente uniforme entre direita, centro e esquerda. Cada posição ideológica congrega praticamente 1/3 dos deputados. A maioria foi eleita por partidos de direita (35,5%), mas ela não é muito maior que os eleitos por partidos de esquerda (32,3%). Esses também estão à frente, mas por pouco, dos eleitos por partidos de centro (32,1%).

A dimensão dos blocos ideológicos muda totalmente quando analisamos as transformações no perfil dos eleitos ao longo desse intervalo de tempo.

Houve, entre o fim do bipartidarismo e a democracia atual, uma queda importante dos ex-funcionários públicos eleitos por partidos de direita: eles passaram da maioria, 57,1%, para apenas 25% da Casa. Nesse movimento a esquerda cresceu praticamente 18 vezes, saltando de 2,4% no início da série para 42,9% em 2010, como mostra o Gráfico 4. O ponto de virada aqui é novamente a eleição de 1998.

**Gráfico 4:**  
**Percentual de deputados federais originários do funcionalismo público eleitos entre 1990 e 2010 por bloco ideológico (%)**



Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (NUSP/UFPR).

N = 213; Mandatos = 467

Assim, ao longo das oito legislaturas estudadas houve se não uma inversão na participação de deputados eleitos por partidos de direita e esquerda, uma mudança na hierarquia.

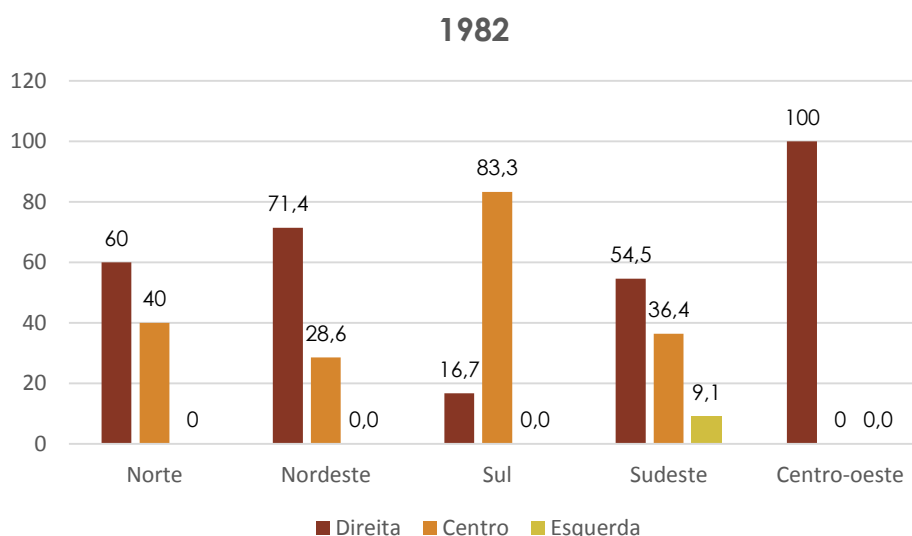
A maior predominância aqui é do PMDB, com 20,3% dos membros, e do PT (20,1%), além do PSDB (11,3%). A participação de políticos eleitos pelo Partido dos Trabalhadores

crece gradualmente: em 1986 os deputados federais petistas representavam 3% dos ex-funcionários públicos eleitos; em 2002, mesmo ano em que o partido elegeu o Presidente da República, essa participação chegou a 34%; em 2010, contudo, ela diminuiu para 21%<sup>6</sup>.

Essa distribuição entre os partidos também nesse contingente específico de deputados está relacionada à preferência do eleitorado. Samuels (2008, p. 305) aponta mudanças no apoio de PMDB, PSDB (centro) e PT (esquerda) no intervalo 1989-2008. A inclinação dos eleitores pelo PMDB caiu de 15% para 7%, enquanto o PSDB no mesmo período conseguiu atrair somente uma média de 6% e 7% dos cidadãos brasileiros como apoiadores. E o PT fez o caminho inverso, foi de 5% em 1989 para 20% em 2004.

Ao examinarmos os funcionários eleitos por regiões, verificam-se números bastante heterogêneos na distribuição de partidos em cada região do País quando se comparam os anos de 1982 (Gráfico 5) e de 2010 (Gráfico 6).

**Gráfico 5: Percentual de deputados federais com origem profissional no funcionalismo público eleitos no ano de 1982 por região do país (%)**



Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (NUSP/UFPR).

N = 213; Mandatos = 467

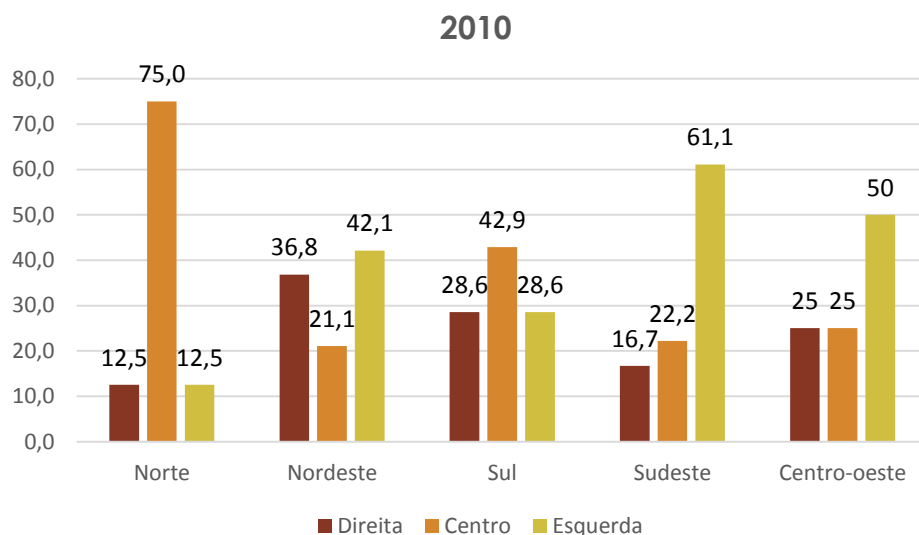
Em 1982 a predominância em quatro das cinco regiões do país era de eleitos por partidos de direita, com exceção da região Sul, com forte presença do partido de centro (PMDB). No Centro-oeste havia uma hegemonia da direita (ou mais propriamente, do partido herdeiro da ditadura militar, o PDS) e somente no Sudeste encontrávamos

<sup>6</sup> Esses dados diferem dos do estudo realizado por Rodrigues (2002), no qual o autor analisa a 51ª legislatura (1998) da Câmara dos Deputados, em que PFL, o PMDB e o PSDB são os partidos que mais possuem ex-funcionários públicos. No entanto, é necessário ressaltar que no estudo de Rodrigues (2002) foram excluídos da categoria funcionários públicos os professores. Desse modo, em sua pesquisa o PT contaria somente com 3% dos parlamentares oriundos do serviço público, enquanto que no nosso estudo, incluindo professores nesse grupo profissional, os deputados federais com origem no funcionalismo público filiados ao PT passam dos 20%.

representação de partidos de esquerda entre deputados federais oriundos do funcionalismo público (PDT). O PT, recém-fundado, não elegeu ninguém nesse grupo em 1982.

Já o Gráfico 6 conta uma história bem diferente. Em 2010 a participação de deputados federais com origem profissional no funcionalismo público é mais heterogênea e as três valências ideológicas estão presentes nas cinco regiões do país.

**Gráfico 6: Percentual de deputados federais com origem profissional no funcionalismo público eleitos no ano de 2010 por região do país (%)**



Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (NUSP/UFPR)

N = 213; Mandatos = 467

Chama a atenção o crescimento da esquerda no Sudeste (de 9,1% em 1982 para 61,1% em 2010) e o aparecimento, com força total, da esquerda no Nordeste (de nenhuma representação para notáveis 42,1%). No Sudeste a posição da esquerda foi reforçada pelo PSOL. O Sul, por sua vez, passou a ter a representação dos três grupos de partidos/ideologias, e também aí a direita (16,7% em 1982) foi ultrapassada pela esquerda (28,6%) do funcionalismo público. Os partidos de centro continuaram dominantes na região, mas não como em 1982.

### **Considerações finais**

O objetivo deste trabalho foi explorar pela primeira vez os dados sobre o perfil sócio-político dos deputados federais com origem profissional na burocracia pública eleitos no Brasil entre 1982 e 2010. Buscou-se fazer uma sociografia desse grupo para, posteriormente, propormos explicações sobre a notável mudança de perfil dos eleitos entre as duas datas.

Em geral, políticos originários do funcionalismo público são políticos inexperientes, já que quase 40% desse universo entraram na carreira política diretamente via Câmara Federal. Todavia, esses perfis estão concentrados principalmente nas legislaturas de 1982,

1986, 1990 e 1994. Após esse ciclo o perfil desse grupo muda. Apesar de uma parcela considerável ainda ingressar diretamente pelo Legislativo Federal (cerca de 30%), é o cargo de vereador que predominará como a porta de entrada de 1998 em diante. Em 2010 temos um fenômeno novo: a entrada na Câmara se distribui igualmente dentre os cargos de vereador, deputado estadual e aqueles que já estreiam diretamente como deputados federais. Com isso, a carreira desses parlamentares passa a ser mais linear e gradual. Um dado que mostraria também a transformação do perfil de carreira é a média de anos cumprida entre entrar no serviço público e entrar na Câmara dos Deputados: de 10 anos em 1982 para 25 anos em 2010.

Supôs-se também que cargos públicos de alto escalão seriam uma porta de entrada mais rápida para as posições mais altas da carreira política. Os dados contrariam essa afirmação. A maioria desses parlamentares (37% de todo o período) veio do baixo funcionalismo público, principalmente professores de ensino fundamental e médio e bancários do setor público. Essa característica se intensifica de 1998 em diante e em 2010 55,4% desses parlamentares tinham origem em postos de baixo escalão.

Elevado grau de associativismo em geral compensa experiência escassa na arena política. Não foi o caso aqui uma vez que mais ou menos metade desse grupo de parlamentares não participa de associações civis. Mesmo entre deputados de esquerda a taxa de associativismo não passou, nas eleições de 2010, de 50%. Desse modo, a participação em associações não pode ser considerada como um fator determinante para a eleição de deputados dessa categoria profissional.

Por fim, dos dados levantados na pesquisa, a constatação mais notável é a inversão da participação de deputados de esquerda e direita. Enquanto em 1982 aqueles que estavam inscritos em partidos de direita representavam 57,1% do universo de funcionários públicos eleitos, em 2010 esse percentual caiu a menos da metade, atingindo somente 25% do total. Em contrapartida, a presença de parlamentares de partidos de esquerda aumentou espetacularmente, passando de 2,4% em 1982, a 42,9% do total dessa categoria na Câmara Federal em 2010.

## Referências

- Abreu, A. A. de, Beloch, I., Lattman-Weltman, F., & Niemeyer, S. T. de (Eds.). (2001). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas.
- Braendle, T., & Stutzer, A. (2010). Public Servants in Parliament: Theory and Evidence on its Determinants in Germany. *Public Choice*, 145(1-2), 223–252. doi:10.1007/s11127-009-9563-3
- Braendle, T., & Stutzer, A. (2011). Selection of Public Servants into Politics. *Working Papers*, 41.
- Carvalho, J. M. de. (1996). *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial* (2a. ed., p. 435 p.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Relume-Dumará.

- Codato, A., Costa, L. D., & Cervi, E. U. (2013). A direita brasileira em perspectiva histórica: uma socioanálise dos partidos de direita e dos seus políticos da democracia populista à democracia liberal (1945-2010). In *37º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)*. Águas de Lindoia - SP, Brasil.
- Codato, A., Costa, L. D., & Massimo, L. (2014). Coding Professions in Research with Political Elites: a Methodological and a Typological Discussion. In *23rd IPSA World Congress of Political Science* (p. 23). Montréal, Canada: International Political Science Association - IPSA.
- Codato, A. N. (2005). Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia E Política*, (25), 83–106. doi:10.1590/S0104-44782005000200008
- Coradini, O. L. (2012). Cargos e funções públicas e candidaturas eleitorais. *Sociedade E Estado*, 27(3), 689–708.
- Cotta, M., & Tavares de Almeida, P. (2007). From Servants of the State to Elected Representatives: Public Sector Background among Members of Parliament. In M. Cotta & H. Best (Eds.), *Democratic Representation in Europe: Change, Diversity and Convergence* (pp. 51–76). Oxford: Oxford University Press.
- Cotta, M., Tavares de Almeida, P., & Roux, C. (2004). De serviteurs de l'État à représentants élus: les parlementaires originaires du secteur public en Europe. *Pôle Sud*, 21(1), 101–122. doi:10.3406/pole.2004.1206
- Czudnowski, M. M. (1975). Political Recruitment. In F. I. Greenstein & N. W. Polsby (Eds.), *Handbook of Political Science: Micro-political Theory*. (Vol. 2, pp. 155–242). Reading, Massachusetts: Addison-Wesley.
- Dogan, M. (1999). Les professions propices à la carrière politique. Osmoses, filières et viviers. In M. Offerlé (Ed.), *La profession politique: XIXe-XXe siècles* (pp. 171–199). Paris: Belin.
- Edinger, L. J., & Searing, D. D. (1967). Social Background in Elite Analysis: A Methodological Inquiry. *The American Political Science Review*, 61(2), 428–445.
- Gaxie, D. (1980). Les logiques du recrutement politique. *Revue Française de Science Politique*, 30(1), 5–45. doi:10.3406/rfsp.1980.393877
- Inter-Parliamentary Union. (2014). Women in National Parliaments. World Classification. Situation as of 1st Januray 2014. Retrieved March 05, 2014, from <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>
- Kuklys, M. (2013). *Transformation of Parliamentary Elites: Recruitment and Careers of Legislators in Estonia, Latvia and Lithuania, 1990-2012*. Friedrich-Schiller-Universität Jena.
- Marengo dos Santos, A. (1997). Nas fronteiras do campo político. Raposas e outsiders no Congresso Nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12(33), 87–101.
- Marengo dos Santos, A., & Serna, M. (2007). Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista*

*Brasileira de Ciências Sociais*, 22(64), 93–113. doi:10.1590/S0102-69092007000200008

- Miller, M. C. (1995). *The High Priests of American Politics: The Role of Lawyers in American Political Institutions* (p. 244). Knoxville: University of Tennessee Press.
- Neiva, P., & Izumi, M. (2012). Os “doutores” da federação: formação acadêmica dos senadores brasileiros e variáveis associadas. *Revista de Sociologia E Política*, 20(41), 171–192. doi:10.1590/S0104-44782012000100011
- Norris, P. (2013). Recrutamento político. *Revista de Sociologia E Política*, 21(46), 11–32. doi:10.1590/S0104-44782013000200002
- Norris, P., & Lovenduski, J. (1997). United Kingdom. In P. Norris (Ed.), *Passages to Power: Legislative Recruitment in Advanced Democracies* (pp. 158–186). Cambridge: Cambridge University Press.
- Rodrigues, L. M. (2002). *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Edusp.
- Rodrigues, L. M. (2006). *Mudanças na classe política brasileira*. São Paulo: PubliFolha.
- Samuels, D. (2008). A evolução do petismo (2002-2008). *Opinião Pública*, 14(2), 302–318. doi:10.1590/S0104-62762008000200002
- Soares, N. C. R. (2008). *A presença e o comportamento de políticos oriundos da burocracia do setor público na Câmara dos Deputados nas 51ª e 52ª legislaturas*. Universidade do Legislativo Brasileiro; Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasília - DF.
- Tarouco, G. da S., & Madeira, R. M. (2013). Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Revista de Sociologia E Política*, 21(45), 149–165.
- Weber, M. (1994). The Profession and Vocation of Politics. In P. Lassman & R. Speirs (Eds.), *Weber: Political Writings* (pp. 309–369). Cambridge: Cambridge University Press.

**como citar:**

Ferreira, Ana Paula Lopes; Codato, Adriano. O contorno sociopolítico dos parlamentares originários do funcionalismo público no Brasil (1982-2010). **working papers/textos para discussão. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR**, n. 9, março 2014. p. 1-24. ISSN



Copyright© 2014

observatory of social and political elites of brazil

núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

### **working papers series/coleção textos para discussão**

editor: Adriano Codato (ufpr)

comitê editorial: Bruno Bolghesi (unila); Bruno Speck (usp); Cláudio Gonçalves Couto ( fgv-sp); Débora Messenberg (unb); Emerson Cervi (ufpr); Ernesto Seidl (ufsc); Flávio Heinz (puc-rs); Frederico Almeida (unicamp); Lucas Massimo (ufpr); Luiz Domingos Costa (uninter/ufpr); Maria Teresa Kerbauy (unesp); Paulo Roberto Neves Costa (ufpr); Pedro Floriano Ribeiro (ufscar); Renato Monseff Perissinotto (ufpr); Samira Kauchakje (puc-pr)

### **observatório de elites políticas e sociais do brasil**

universidade federal do paraná – ufpr

núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira – nusp

rua general carneiro, 460 sala 904

80060-150, curitiba – pr – brasil

Tel. + 55 (41)33605098 | Fax + 55 (41)33605093

E-mail: [oelites@gmail.com](mailto:oelites@gmail.com) ▪ URL: <http://observatory-elites.org/>

*One of the purposes of the observatory of elites is to condense knowledge and aggregate scholars in this field of study in Brazil through the sharing of information.*

### **Rights and Permissions**

All rights reserved.

The text and data in this publication may be reproduced as long as the source is cited.

Reproductions for commercial purposes are forbidden.

The **observatory of brazilian political and social elites** disseminates the findings of its work in progress to encourage the exchange of ideas. The papers are signed by the authors and should be cited accordingly.

The findings, interpretations, and conclusions that they express are those of the authors and not necessarily those of the **observatory of brazilian political and social elites**.

**Working Papers** are available online at <http://observatory-elites.org/working-paper-series/> and subscriptions can be requested by email to [oelites@gmail.com](mailto:oelites@gmail.com) .

ISSN